



Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
Conhecimentos Básicos para Auditor
Fiscal da Receita Estadual

Nome do Candidato _____

Nº de Inscrição _____

Nº do Caderno _____

Nº do Documento _____

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

1º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você deve escolher.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta, comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outra forma de auxílio.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

GRAN
FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA
LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2505237114M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
SEFAZ/GO

CARGO:

Auditor – Fiscal da Receita Estadual

DISCIPLINAS:

Conhecimentos Básicos

MODELO/BANCA:

FCC - Fundação Carlos Chagas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

05/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

05/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

SEFAZ GO - 1º SIMULADO - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA AUDITOR - FISCAL DA RECEITA ESTADUAL (PÓS-EDITAL)**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA**

Lucas Lemos

Existem cinco “tipos” de escrita ao redor do mundo. Entenda a diferença entre eles.

1 Na verdade, são mais de cem sistemas de escrita distintos. Mas eles podem ser classificados como alfabetos, silabários, abugidas, abjads ou logogramas.

Existem cerca de 150 sistemas de escrita no mundo atualmente. No geral, eles podem ser divididos em cinco tipos básicos: alfabetos, silabários, abugidas, abjads e logogramas.

5 No Brasil e em boa parte do mundo, utiliza-se o alfabeto latino, também chamado de romano. Nesse sistema de escrita, usamos símbolos diferentes (letras) para representar vogais e consoantes. O mesmo acontece com os alfabetos cirílico, grego, georgiano, entre outros.

10 Mas nem todas as escritas seguem essa lógica. Os silabários, como o nome diz, utilizam um único símbolo para representar o conjunto consoante mais vogal – ou seja, uma sílaba. Os exemplos mais conhecidos são o hiragana e katakana, usados para escrever a língua japonesa.

Os abugidas são comuns no leste asiático. Nessa escrita, os símbolos também representam sílabas, mas com um detalhe: a parte principal do caractere é consoante, enquanto a vogal é indicada por uma notação secundária.

15 Nos abjads, apenas as consoantes são representadas por símbolos – as vogais devem ser inferidas pelo leitor. O árabe é um exemplo de abjad considerado “impuro”, pois as vogais podem ser representadas por sinais diacríticos, como se fossem acentos nas palavras.

A escrita chinesa é um caso à parte, por ser um dos poucos exemplos de logograma atualmente. Nesse sistema de escrita, cada símbolo representa um conceito. Existem mais de 50 mil caracteres chineses, mas as pessoas conhecem e utilizam cerca de 8 mil deles.

Disponível em <https://super.abril.com.br/cultura/existem-cinco-tipos-de-escrita-ao-redor-do-mundo-entenda-a-diferenca-entre-eles/>

1. Considerando as informações do texto, é correto afirmar que
 - (A) todos os sistemas de escrita atualmente utilizados se baseiam no alfabeto latino.
 - (B) os silabários e os abugidas representam a mesma estrutura fonética, sem diferenças.
 - (C) nos abjads, as vogais são omitidas e nunca podem ser representadas graficamente.
 - (D) logogramas são sistemas em que cada símbolo representa um conceito específico.
 - (E) o alfabeto latino é utilizado apenas no Brasil e em países de origem latina.
2. No trecho “(...) os símbolos também representam sílabas, mas com um detalhe: a parte principal do caractere é consoante (...), o autor busca:
 - (A) corrigir uma definição anterior equivocada.
 - (B) exemplificar o funcionamento dos alfabetos.
 - (C) destacar a complexidade da escrita latina.
 - (D) enfatizar uma diferença relevante entre sistemas silábicos.
 - (E) indicar a substituição de símbolos fonéticos por logogramas.
3. No trecho “No geral, eles podem ser divididos em cinco tipos básicos: alfabetos, silabários, abugidas, abjads e logogramas”, a palavra *básicos* classifica-se como
 - (A) preposição.
 - (B) conjunção.
 - (C) advérbio.
 - (D) adjetivo.
 - (E) substantivo.

4. Transpondo-se para a voz passiva “os símbolos também representam sílabas”, a forma verbal resultante deverá ser:

- (A) são representadas
- (B) terão sido representadas
- (C) terão representadas
- (D) representar-se-á
- (E) foram representadas

5. “O mesmo acontece com os alfabetos cirílico, grego, georgiano, entre outros.”

O pronome sublinhado refere-se, no contexto,

- (A) à divisão dos cinco tipos básicos de sistemas de escrita.
- (B) à utilização do alfabeto latino no mundo.
- (C) ao uso de símbolos diferentes para representar vogais e consoantes.
- (D) aos sistemas de escrita distintos.
- (E) aos 150 sistemas de escrita no mundo.

6. “A escrita chinesa é um caso à parte, por ser um dos poucos exemplos de logograma atualmente”.

A oração sublinhada traz uma ideia de:

- (A) condição.
- (B) causa.
- (C) concessão.
- (D) finalidade.
- (E) proporção.

7. “No Brasil e em boa parte do mundo, utiliza-se o alfabeto latino, também chamado de romano”.

O vocábulo sublinhado exerce a função de

- (A) pronome reflexivo.
- (B) índice de indeterminação do sujeito.
- (C) partícula apassivadora.
- (D) parte integrante do verbo.
- (E) partícula de realce.

8. “No geral, eles podem ser divididos em cinco tipos básicos: alfabetos, silabários, abugidas, abjads e logogramas”.

O sinal de dois-pontos é usado para introduzir uma estrutura com função sintática de:

- (A) complemento nominal.
- (B) predicativo do sujeito.
- (C) adjunto adnominal.
- (D) aposto.
- (E) objeto direto.

9. A vírgula empregada em “No Brasil e em boa parte do mundo, utiliza-se o alfabeto latino” é

- (A) obrigatória em razão do emprego de adjunto adverbial longo no início do período.
- (B) opcional porque o sentido se mantém o mesmo com ou sem essa pontuação.
- (C) incorreta, já que separa sujeito e verbo.
- (D) obrigatória por ser oração adverbial deslocada para o início do período.
- (E) opcional porque é uma oração reduzida antecipada.

10. São palavras transcritas do texto acentuadas pelo mesmo motivo, EXCETO:

- (A) silabários.
- (B) básicos.
- (C) símbolo.
- (D) único.
- (E) sílaba.

RACIOCÍNIO LÓGICO, MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA
Marcelo Leite

11. No ato da inscrição, o candidato ao certame da SEFAZ-GO deverá informar os seguintes dados: nome, idade, CPF, CEP, naturalidade e grau de instrução. Considerando que cada informação disponibilizada pelo candidato seja uma variável, então:
- (A) nome e naturalidade são variáveis qualitativas ordinais.
(B) CPF e idade são variáveis quantitativas.
(C) grau de instrução é uma variável qualitativa nominal.
(D) CPF e CEP são variáveis quantitativas.
(E) nome e CPF são variáveis qualitativas.
12. Uma pesquisa, em relação às idades (em anos), foi realizada entre os cinco servidores que pertencem a certa repartição pública. O resultado foi o seguinte.
20, 30, 45, 50, 25
- Com base nessas informações, é correto afirmar que:
- (A) A média das idades é igual a 36 anos.
(B) A mediana das idades é igual a 45.
(C) A amplitude é igual à mediana.
(D) O desvio médio é igual a 34.
(E) A média é menor que a mediana.
13. A variância entre as idades de dez servidores é igual a 2,56 anos². Com base nessas informações, é correto afirmar que:
- (A) daqui a cinco anos, o desvio padrão das novas idades desses servidores não sofrerá alteração.
(B) o desvio padrão será superior a 6,5 anos.
(C) ao multiplicar todas as idades por 2 e em seguida calcular o desvio padrão, este não sofrerá alteração.
(D) a variância é a raiz quadrada do desvio padrão.
(E) quanto mais concentrados os dados, maior é o desvio padrão.
14. Certa distribuição possui distribuição assimétrica à esquerda (assimetria negativa), assim a relação entre média, moda e mediana corresponderá:
- (A) Média = Mediana = Moda
(B) Moda < Mediana < Média
(C) Moda = Mediana < Média
(D) Média < Mediana < Moda
(E) Média > Mediana > Moda
15. Uma população é formada por seis mulheres e quatro homens e X representa a variável aleatória discreta que representa a quantidade de mulheres. Considere que uma amostra aleatória de três funcionários dessa população foi extraída, sem reposição, então a probabilidade de que X = 2 será igual a:
- (A) 41,2%
(B) 43,2%
(C) 43,9%
(D) 44,01%
(E) 44,23%
16. Em uma repartição pública, estão lotadas as servidoras Ana, Bia e Carol. Cada uma ocupa um cargo distinto: técnica, analista e auditora, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se ainda que as naturalidades delas são: goiana, mineira ou paulista, também não necessariamente nessa ordem. Ainda é informado que:
- A auditora é mineira e Bia é analista, enquanto Ana é paulista.
Com base nessas informações, assinale a opção correta.
- (A) Ana é técnica.
(B) Bia é auditora.
(C) Ana é técnica e Carol é goiana.
(D) Bia é analista e Carol não é mineira.
(E) Carol é mineira e Ana é analista.

17. Uma pesquisa foi feita com 40 consumidores sobre a preferência dos produtos A, B e C. O resultado foi o seguinte:

- 12 preferem o produto A.
- 18 preferem o produto B.
- 15 preferem o produto C

Considerando que todos os consumidores preferem no mínimo um produto e no máximo dois, então a quantidade de consumidores que preferem exatamente dois produtos é igual a:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

18. Marta deseja comprar um veículo cujo valor à vista é igual a R\$ 89.888,00, porém ela não possui essa totalidade. Caso ela pretenda fazer uma aplicação hoje, a uma taxa composta igual a 2% a.m, com objetivo de comprar o veículo daqui a 6 meses, então ela precisará fazer uma aplicação de:

(Considere que $1,02^3 = 1,06$ e que o preço do veículo ficará inalterado nos próximos seis meses para pagamento à vista.)

- (A) R\$ 74.320,00
- (B) R\$ 77.430,00
- (C) R\$ 79.600,00
- (D) R\$ 80.000,00
- (E) R\$ 81.200,00

19. Paulo comprou um veículo por R\$ 10.000,00 e revendeu após um mês por R\$ 15.600,00. Considerando que nesse período ocorreu inflação igual a 20%, então a taxa real obtida por Paulo nessa operação é igual a

- (A) 20%
- (B) 30%
- (C) 32%
- (D) 24,8%
- (E) 44,8%

20. Em novembro, todos os produtos vendidos em certo comércio foram majorados em 10% em relação ao mês anterior. Em dezembro do mesmo ano, todos os produtos foram reajustados novamente, com um aumento de 20% sobre o preço praticado em novembro. Assim, o preço praticado em dezembro, em relação a outubro, corresponderá a um aumento de:

- (A) 30%
- (B) 31%
- (C) 32%
- (D) 33%
- (E) 34%

DIREITO CONSTITUCIONAL

Samuel Marques

21. Considere a seguinte situação hipotética:

A Constituição Federal estabelece que “é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”. À luz da classificação das normas constitucionais segundo José Afonso da Silva, é correto afirmar que esse dispositivo constitucional é:

- (A) norma de eficácia plena, por produzir todos os seus efeitos de forma direta, imediata e integral, não admitindo restrições posteriores.
- (B) norma de eficácia contida, pois é autoaplicável, mas permite restrições futuras em seu alcance por meio de previsão legal.
- (C) norma de eficácia limitada, por depender de regulamentação legal para produzir qualquer efeito.
- (D) norma de eficácia plena, pois não faz menção a qualquer necessidade de complementação legislativa.
- (E) norma de eficácia limitada, pois sua eficácia é indireta, mediata e reduzida, ainda que possa ser restringida no futuro.

22. A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre o direito de propriedade, condicionando-o a parâmetros sociais e admitindo sua limitação em determinadas circunstâncias. Com base no art. 5º da Constituição, assinale a alternativa correta.
- (A) A propriedade é um direito absoluto, e sua função social somente poderá ser exigida mediante edição de lei específica regulamentadora.
- (B) A desapropriação por necessidade ou utilidade pública somente poderá ocorrer mediante justa e prévia indenização, ainda que o pagamento não seja realizado em dinheiro.
- (C) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá fazer uso de propriedade particular, sendo devida indenização prévia ao proprietário, independentemente da ocorrência de dano.
- (D) A função social da propriedade é exigência constitucional expressa, devendo ser atendida por todo proprietário.
- (E) A Constituição não admite nenhuma hipótese de desapropriação sem prévia indenização em dinheiro.
23. Considere as disposições constitucionais acerca da nacionalidade brasileira. Assinale a alternativa correta.
- (A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe brasileira, desde que, em qualquer caso, venham a residir no Brasil antes da maioridade, independentemente de opção pela nacionalidade brasileira.
- (B) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil por mais de dez anos, desde que requeiram a nacionalidade brasileira e não possuam condenação penal.
- (C) Somente os brasileiros natos podem exercer a função de Ministro do Supremo Tribunal Federal, oficial das Forças Armadas e Ministro de Estado da Defesa.
- (D) A Constituição permite que a lei estabeleça distinções entre brasileiros natos e naturalizados quanto ao exercício de qualquer cargo público.
- (E) A renúncia à nacionalidade brasileira é definitiva, não sendo admitida sua readmissão sob nenhuma hipótese.
24. Com base na Constituição Federal e na Súmula Vinculante n. 18 do STF, assinale a alternativa correta.
- (A) A inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da Constituição Federal atinge apenas o cônjuge do Chefe do Executivo, não se estendendo aos parentes consanguíneos.
- (B) O cônjuge do Prefeito é inelegível para concorrer ao cargo de Vereador no mesmo Município, salvo se o vínculo conjugal for dissolvido antes do período de convenções partidárias.
- (C) A inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da Constituição Federal não se aplica ao cônjuge do Chefe do Executivo se a separação conjugal ocorrer durante o exercício do mandato.
- (D) A inelegibilidade dos parentes do Chefe do Executivo pode ser afastada se estes já forem titulares de mandato eletivo e concorrerem à reeleição.
- (E) O vínculo de afinidade não gera inelegibilidade, sendo esta restrita apenas aos parentes consanguíneos até o segundo grau.
25. A Constituição Federal, ao tratar das vedações impostas aos entes federativos, estabelece normas que asseguram a laicidade do Estado, a fé pública dos documentos e a igualdade entre os brasileiros. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.
- (A) É permitida a criação de igrejas e o estabelecimento de cultos religiosos pela União, desde que haja previsão em lei ordinária autorizativa.
- (B) A colaboração entre o Poder Público e instituições religiosas é vedada em qualquer hipótese, sob pena de violação ao princípio da laicidade estatal.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem recusar fé aos documentos públicos, garantindo-se a presunção absoluta de veracidade a todos os atos particulares.
- (D) Os entes federativos estão proibidos de estabelecer relação de dependência com instituições religiosas, salvo nos casos em que haja colaboração de interesse público prevista em lei.
- (E) Os entes da federação podem estabelecer preferências entre brasileiros se justificadas por critérios de eficiência administrativa e reconhecidas por decisão judicial.
26. Sobre o processo legislativo previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.
- (A) O projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional será enviado ao Presidente da República, que poderá sancioná-lo ou vetá-lo total ou parcialmente no prazo de 30 dias úteis, contados da data do recebimento.
- (B) Em caso de veto parcial, o Presidente da República deverá motivar sua decisão exclusivamente com fundamento na constitucionalidade da parte vetada.
- (C) Se o Presidente da República não se manifestar sobre o projeto de lei no prazo constitucional, o silêncio importará sanção tácita, e o projeto será promulgado pelo Presidente do Senado Federal.
- (D) As medidas provisórias possuem força de lei desde sua edição, mas perderão eficácia desde a edição se não forem convertidas em lei no prazo de 90 dias, vedada a reedição na mesma sessão legislativa.
- (E) A iniciativa popular de projeto de lei federal exige a manifestação de, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos em 20 Estados, com 0,3% dos eleitores em cada um deles.

27. Nos termos do art. 103 da Constituição da República, são legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC), exceto:
- (A) a Mesa da Câmara dos Deputados.
 - (B) o Governador de Estado.
 - (C) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (D) o Tribunal de Justiça de qualquer Estado da Federação.
 - (E) partido político com representação no Congresso Nacional.
28. Nos termos da Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas da União no exercício do controle externo, com auxílio ao Congresso Nacional:
- (A) julgar as contas do Presidente da República, emitindo parecer prévio vinculativo no prazo de sessenta dias.
 - (B) fiscalizar exclusivamente os recursos transferidos da União aos Estados e Municípios por meio de emendas parlamentares individuais impositivas.
 - (C) sustar diretamente a execução de contratos administrativos considerados irregulares, independentemente de manifestação do Congresso Nacional.
 - (D) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, exceto os de nomeação para cargos em comissão.
 - (E) impor, nos casos de ilegalidade de despesa pública, a sanção de multa exclusivamente mediante provocação do Congresso Nacional.
29. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), conforme dispõe a Constituição Federal e o entendimento jurisprudencial consolidado, assinale a alternativa correta.
- (A) As CPIs podem determinar a interceptação das comunicações telefônicas, desde que por decisão colegiada e com fundamentação baseada em interesse público relevante.
 - (B) A convocação do Presidente da República por CPI é admissível desde que ele não esteja no exercício do cargo, por respeito ao princípio da igualdade entre os Poderes.
 - (C) As CPIs podem decretar a indisponibilidade de bens de investigados, desde que haja fundado receio de dilapidação patrimonial e deliberação por maioria absoluta de seus membros.
 - (D) A instauração de CPI depende de deliberação da maioria absoluta do plenário da respectiva Casa Legislativa, salvo no caso de comissão mista.
 - (E) A quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico pode ser determinada por CPI, mas não se confunde com a interceptação telefônica, que é medida sujeita à reserva de jurisdição.
30. Nos termos do art. 93, VIII-B, da Constituição Federal, é correto afirmar que a permuta de magistrados:
- (A) pode ocorrer entre quaisquer juízes, inclusive entre os vinculados a diferentes segmentos da Justiça, como Estadual e Eleitoral.
 - (B) é vedada entre juízes de segundo grau, salvo autorização do Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) pode ocorrer entre juízes vinculados a diferentes tribunais, desde que estejam dentro do mesmo segmento da Justiça e em comarcas de igual entrância.
 - (D) somente pode ocorrer no âmbito da Justiça Estadual, estando vedada nas Justiças Federal e do Trabalho.
 - (E) dispensa a observância das regras relativas ao concurso público e à formação do juiz, por tratar-se de ato discricionário dos tribunais.

DIREITO ADMINISTRATIVO
Gustavo Scatolino

31. Acerca da classificação dos atos administrativos quanto à formação e número de vontades necessárias à sua produção, assinale a alternativa correta.
- (A) O ato composto se forma pela manifestação simultânea e igualitária de dois órgãos autônomos, cujas vontades são equivalentes e necessárias à constituição do ato.
 - (B) O ato complexo é aquele cuja produção exige a manifestação sucessiva de vontades, sendo uma principal e outra meramente acessória, com função de ratificação.
 - (C) O ato composto consiste na conjugação de vontades de órgãos diferentes, todos com o mesmo nível de autoridade, formando um ato único com efeitos integrados.
 - (D) O ato simples caracteriza-se pela manifestação de vontade de um único agente público ou órgão colegiado, independentemente da quantidade de membros participantes.
 - (E) O ato complexo pressupõe que o conteúdo do ato principal seja validado por órgão diverso, apenas para verificar a regularidade formal do ato administrativo.

32. Em relação às formas de extinção dos atos administrativos, especialmente no que se refere à revogação, cassação, anulação e caducidade, assinale a alternativa correta.
- (A) A revogação ocorre quando o ato é ilegal e precisa ser retirado do ordenamento jurídico, com efeitos ex tunc.
(B) A anulação depende exclusivamente de decisão do Poder Judiciário, sendo vedada sua prática pela própria Administração.
(C) A cassação se justifica pelo surgimento de nova norma jurídica que torna inadmissível o ato anteriormente praticado.
(D) A caducidade pressupõe que o particular tenha descumprido os requisitos legais exigidos para a permanência da situação jurídica.
(E) A revogação é ato discricionário da Administração e incide sobre atos válidos que deixaram de ser convenientes ou oportunos.
33. Considerando os diferentes regimes jurídicos aplicáveis às entidades da administração indireta, especialmente no que diz respeito à personalidade jurídica, atividades desenvolvidas e prerrogativas estatais, assinale a alternativa correta.
- (A) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica para prestação de serviços públicos e gozam de imunidade tributária em qualquer hipótese.
(B) As fundações públicas de direito privado têm personalidade jurídica de direito público e, por isso, estão sujeitas a todas as prerrogativas das autarquias, como impenhorabilidade de bens e responsabilidade objetiva.
(C) As empresas públicas e sociedades de economia mista, quando exploradoras de atividade econômica, não gozam de imunidade tributária e estão sujeitas à responsabilidade civil subjetiva.
(D) As autarquias podem exercer atividade econômica, desde que esta esteja prevista em sua lei de criação e vinculada ao interesse coletivo.
(E) As entidades paraestatais que integram o Sistema "S" fazem parte da administração indireta e, por essa razão, devem realizar concurso público e seguir as normas da Lei n. 14.133/2021 para contratações.
34. Sobre as classificações e características dos órgãos públicos no Brasil, à luz da doutrina e da teoria do órgão, assinale a alternativa correta.
- (A) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria e podem atuar em juízo para defesa de qualquer direito, desde que estejam vinculados à administração direta.
(B) A teoria do órgão, adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, justifica a responsabilidade pessoal do agente público pelos atos praticados, mesmo que no exercício regular da função.
(C) Os órgãos independentes, como o STF e o Congresso Nacional, possuem capacidade processual para defesa de suas prerrogativas institucionais, mesmo sem personalidade jurídica.
(D) A classificação dos órgãos quanto à estrutura os divide entre órgãos autônomos e independentes, sendo os demais classificados como subsidiários.
(E) Os órgãos compostos possuem apenas uma unidade administrativa e, por isso, não se dividem em outros órgãos menores ou auxiliares.
35. Acerca das modalidades de responsabilidade civil do Estado, com ênfase nas teorias aplicáveis e seus reflexos práticos, assinale a alternativa correta.
- (A) A responsabilidade civil do Estado com base na teoria do risco administrativo exige a demonstração de dolo ou culpa dos agentes públicos envolvidos.
(B) Pela teoria da culpa administrativa, o Estado responde de forma objetiva pelos danos causados por seus agentes, desde que presentes o dano e o nexo de causalidade.
(C) A teoria do risco integral, embora consagrada no ordenamento, aplica-se indistintamente a todas as hipóteses de responsabilidade civil do Estado.
(D) A responsabilidade objetiva do Estado não afasta a possibilidade de ação de regresso contra o agente público, caso comprovado dolo ou culpa.
(E) A responsabilidade subjetiva do Estado, baseada na teoria do risco integral, impõe a necessidade de comprovação de culpa para fins de indenização.
36. Acerca da responsabilidade civil do Estado em face de atos jurisdicionais, especialmente os praticados com erro judicial ou por má-fé, assinale a alternativa correta.
- (A) O Estado responde objetivamente por erro na prestação jurisdicional, mesmo quando não há comprovação de má-fé do magistrado.
(B) A responsabilidade por prisão injusta, nos termos constitucionais, depende de prova da ilicitude da conduta do magistrado.
(C) A Constituição Federal prevê a responsabilidade do Estado por erro judiciário, sendo dispensável a demonstração do dolo ou culpa do juiz.
(D) O magistrado responde diretamente ao jurisdicionado por danos decorrentes de sua atuação jurisdicional culposa.
(E) Em nenhuma hipótese, o Estado pode ser responsabilizado por atos jurisdicionais, dada a independência do Poder Judiciário.

37. Acerca da disciplina legal das concessões de serviços públicos, notadamente quanto à extinção contratual e suas consequências, assinale a alternativa correta.
- (A) A rescisão unilateral do contrato pela concessionária, em virtude de inadimplemento do poder concedente, autoriza a interrupção imediata dos serviços públicos.
(B) A extinção da concessão por caducidade exige decisão judicial transitada em julgado para produzir efeitos e autorizar a assunção do serviço pelo poder concedente.
(C) Na hipótese de encampação, o poder concedente poderá reassumir o serviço independentemente de prévio pagamento da indenização devida à concessionária.
(D) A reversão dos bens à Administração no término do contrato somente ocorrerá se expressamente prevista no contrato e com nova licitação em curso.
(E) O retorno do serviço ao poder concedente após o término contratual impõe a indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados relativos a bens reversíveis.
38. Acerca da investidura em cargo público, das proibições quanto às atribuições funcionais e da distinção entre cargos efetivos e comissionados, nos termos da Lei Estadual n. 20.756/2020 (Estatuto dos Servidores do Estado de Goiás), assinale a alternativa correta.
- (A) O servidor ocupante de cargo efetivo pode exercer função de confiança, desde que haja prévia aprovação em concurso público e nomeação por autoridade competente.
(B) Os cargos públicos em comissão são de livre nomeação, mas exigem concurso público prévio para fins de investidura e estabilidade.
(C) É lícito ao gestor designar servidor para exercício gratuito de função diferente da prevista no cargo original, desde que haja interesse público.
(D) É facultado editar atos de nomeação com efeito retroativo, desde que não haja impacto financeiro para o erário.
(E) A pessoa com deficiência só poderá ingressar no serviço público estadual se suas limitações forem superadas por meio de readaptação funcional após a posse.
39. Considerando a jurisprudência constitucional recente sobre concursos públicos, demissão de empregados públicos concursados e autonomia institucional no âmbito da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) É lícito conceder vantagem classificatória em concurso público apenas a candidatos residentes no território estadual, como forma de valorizar a mão de obra local.
(B) A demissão de empregado concursado de empresa estatal exige a instauração de processo administrativo disciplinar prévio, nos moldes do regime estatutário.
(C) A motivação da demissão de empregado concursado de sociedade de economia mista é dispensável, desde que o vínculo seja regido pela CLT.
(D) A cláusula de comunicabilidade ampla entre instâncias administrativas e judiciais favorece a eficiência, ainda que interfira na autonomia funcional de órgãos autônomos.
(E) Empresas estatais que explorem atividade econômica devem apresentar ato formal com justificativa plausível ao dispensarem empregados concursados.
40. Acerca das normas constitucionais aplicáveis à administração pública direta e indireta dos entes federativos, com ênfase nos princípios e regras relacionadas à investidura, remuneração e cargos públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos ou naturalizados, vedando-se a admissão de estrangeiros.
(B) É permitido o provimento de cargo público sem concurso quando o candidato já for servidor estável da Administração, desde que atue em área correlata.
(C) Os vencimentos dos servidores podem ser reduzidos por lei específica, desde que assegurado tratamento isonômico entre os Poderes.
(D) A investidura em cargo ou emprego público exige aprovação prévia em concurso, ressalvados os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.
(E) A fixação de vencimentos por equiparação com outros servidores públicos é admitida, desde que dentro do mesmo Poder e respeitado o teto remuneratório.

DIREITO FINANCEIRO**Manuel Piñon**

41. Acerca das Leis Orçamentárias, marque a alternativa incorreta.

- (A) A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deve ser compatível com o PPA – Plano Plurianual, estabelece, entre outros, o conjunto de metas e prioridades da Administração Pública e orienta a elaboração da LOA para o ano seguinte.
- (B) A LOA – Lei Orçamentária Anual, que deve ser compatível com o PPA e com a LDO, contempla os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais.
- (C) O PPA, a LDO e a LOA são leis instituídas pelo artigo 165 da nossa Carta Magna de 1988, cabendo ao PPA estabelecer diretrizes de médio prazo (quatro anos).
- (D) O processo orçamentário brasileiro está baseado na Lei Orçamentária Anual - LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e no Plano Plurianual - PPA que devem ser perfeitamente integrados entre si.
- (E) A LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal é um Instrumento Orçamentário.

42. Acerca das Leis Orçamentárias, marque a alternativa incorreta.

- (A) O PPA federal não contempla diretrizes, objetivos e metas das demais esferas de governo, já que cada ente possui seu respectivo PPA.
- (B) O PPA tem duração de quatro anos.
- (C) Como a vigência do PPA é de quatro anos, sua vigência coincide com o mandato do respectivo Chefe do Poder Executivo.
- (D) A LOA deve ser compatível com o PPA.
- (E) A LDO deve ser compatível com o PPA.

43. Acerca da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, marque a alternativa incorreta.

- (A) A LRF funciona como um “Código de Boas Condutas Fiscais”, que buscou estabelecer um novo paradigma para as finanças públicas de nosso país.
- (B) A LRF estabelece normas de finanças públicas, a serem observados pelos três Poderes nas três esferas de Governo: federal, estadual, distrital e municipal, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- (C) A LRF regulamenta parte do artigo 163 e todo o contexto do artigo 169 da Constituição Federal de 1988 no capítulo relativo às finanças públicas.
- (D) A LRF, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, revogou a maior parte da Lei n. 4.320/1964.
- (E) A LRF é uma lei federal com efeitos gerais ou nacionais.

44. Acerca da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, marque a alternativa incorreta.

- (A) Nem toda empresa estatal controlada é obrigada a cumprir a LRF, mas toda estatal que segue a LRF é uma estatal controlada.
- (B) Uma empresa estatal dependente é uma empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para qualquer finalidade.
- (C) Uma empresa controlada é uma sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertence, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- (D) Toda empresa estatal dependente é uma empresa controlada do ente do qual depende.
- (E) O conceito legal de empresa estatal dependente não inclui todas as empresas estatais controladas.

45. No âmbito da LRF, são instrumentos de transparéncia na gestão fiscal, exceto:

- (A) Lei n. 4.320/1964.
- (B) LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos.
- (C) Prestação de Contas.
- (D) Relatório de Gestão Fiscal
- (E) Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

DIREITO CIVIL**Cristiny Rocha**

46. Marcelo, agente diplomático brasileiro em missão permanente no exterior, foi citado em uma ação de cobrança movida por uma empresa com sede no Brasil. Alegando extraterritorialidade, Marcelo se recusou a receber a citação, sem, no entanto, indicar local onde pudesse ser demandado em território nacional. Em paralelo, o contrato firmado entre ele e a empresa credora previa expressamente, em cláusula contratual, que todas as obrigações seriam cumpridas em Belo Horizonte/MG, onde a empresa tem sede.

Com base nas normas do Código Civil sobre domicílio, especialmente os artigos 77 e 78, é correto afirmar que

- (A) Marcelo somente poderá ser demandado no foro do Distrito Federal, por se tratar de litígio contra autoridade com prerrogativa de foro.
- (B) Marcelo, ao não indicar domicílio no país, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último local onde teve domicílio no Brasil.
- (C) a cláusula contratual indicando Belo Horizonte como local de cumprimento das obrigações é ineficaz, pois o domicílio do réu sempre prevalece.
- (D) a eleição do domicílio para cumprimento das obrigações só tem eficácia se houver posterior homologação judicial.
- (E) mesmo havendo cláusula expressa no contrato, o foro competente será sempre o domicílio do autor da ação, por se tratar de obrigação líquida.

47. Júlia, engenheira civil, firmou contrato de compra e venda com uma construtora, adquirindo uma casa pré-fabricada de madeira que seria inicialmente montada em um terreno alugado e, posteriormente, transferida para o lote definitivo de sua propriedade. Enquanto isso, parte dos materiais retirados de uma construção anterior seria armazenada para reaproveitamento futuro na nova obra.

Em paralelo, Júlia também celebrou contrato de cessão de créditos decorrentes de royalties de energia elétrica gerada por sua micro usina solar, instalada no mesmo terreno.

Com base nas disposições do Código Civil sobre a classificação dos bens, é correto afirmar que:

- (A) a casa pré-fabricada, mesmo separada do solo, não é considerada bem imóvel, pois perde sua natureza ao ser removida.
- (B) os materiais de construção, ao serem retirados da obra, perdem automaticamente o caráter de bens imóveis, independentemente da intenção de reemprego.
- (C) a energia elétrica gerada pela usina de Júlia, por ter valor econômico, é considerada bem móvel para os efeitos legais.
- (D) a cessão de créditos sobre energia elétrica caracteriza um direito real sobre bem imóvel.
- (E) o terreno, as construções nele incorporadas e os créditos decorrentes de sua exploração são todos considerados bens imóveis para os efeitos legais.

48. Em 2018, Pedro contratou o professor particular Rafael para dar aulas semanais de inglês a seus dois filhos. As aulas ocorreram regularmente durante dois anos até o término do contrato, em dezembro de 2020. Contudo, parte dos honorários devidos pelo último semestre não foi paga. Em 2024, Rafael decidiu propor ação de cobrança dos valores.

No mesmo ano, a Sra. Clotilde, idosa e moradora de uma pensão, também ajuizou ação contra o proprietário do estabelecimento, cobrando valores relativos a despesas com hospedagem e alimentação devidos desde 2021.

Ainda em 2024, uma empresa seguradora recebeu notificação de um de seus segurados, que fora citado em ação indenizatória movida por um terceiro prejudicado em março de 2023. O segurado, agora, busca ser reembolsado pela seguradora, com base no contrato de seguro de responsabilidade civil.

Com base no artigo 206 do Código Civil e considerando as situações descritas, é correto afirmar que:

- (A) Rafael poderá cobrar seus honorários, pois a pretensão do professor prescreve em dez anos, não havendo prazo específico no Código Civil.
- (B) a ação de Clotilde está prescrita, pois a pretensão do hóspede para cobrança de despesas com alimentação e hospedagem prescreve em dois anos.
- (C) o prazo prescricional da pretensão do segurado contra a seguradora, no caso de seguro de responsabilidade civil, conta-se da data da assinatura do contrato.
- (D) Rafael não poderá mais cobrar seus honorários, pois a pretensão dos professores prescreve em cinco anos, contados da conclusão dos serviços.
- (E) a pretensão de Clotilde ainda está dentro do prazo legal, pois prescreve em cinco anos, conforme regra geral aplicável aos contratos de prestação de serviços.

49. Joana devia R\$ 20.000,00 a um credor, com vencimento da dívida previsto para o dia 30 de agosto de 2024. Em julho do mesmo ano, sem comunicar Joana, seu amigo Caio, preocupado com a situação dela, efetuou o pagamento integral da dívida em seu próprio nome, utilizando recursos próprios. Joana, ao tomar conhecimento, informou que não havia autorizado o pagamento e que já possuía provas e argumentos jurídicos sólidos para contestar judicialmente a cobrança, inclusive com documentos que ilidiriam a pretensão do credor.

Além disso, Pedro, sócio de uma empresa de transporte, desejando proteger seu próprio negócio, pagou dívida de R\$ 50.000,00 que a empresa mantinha com um fornecedor de combustíveis, temendo que a inadimplência prejudicasse a continuidade das atividades. O pagamento foi realizado sem oposição da empresa devedora, mas em nome dela, visando apenas extinguir a obrigação. Com base nas disposições do Código Civil relativas ao pagamento por terceiro e à eficácia do pagamento, é correto afirmar que

- (A) Caio terá direito ao reembolso do valor que pagou, ainda que Joana tivesse meios de ilidir a ação judicial do credor.
- (B) O pagamento feito por Caio, como foi realizado antes do vencimento, não gera direito de reembolso.
- (C) Pedro, embora não fosse o devedor, por ser interessado, poderia efetuar o pagamento, sub-rogando-se nos direitos do credor.
- (D) Caio não poderá exigir reembolso de Joana, pois esta se opôs ao pagamento e tinha meios para se defender judicialmente.
- (E) O pagamento feito por terceiro, mesmo contra a vontade do devedor e sem interesse próprio, obriga sempre ao reembolso integral, por força do princípio da função social da obrigação.

DIREITO EMPRESARIAL
Edilson Enedino

50. Não será desenquadrada do regime do Simples Nacional, a microempresa e a empresa de pequeno porte que:
- (A) admitir sócio que seja pessoa jurídica.
 - (B) transformar-se em Sociedade Anônima.
 - (C) tenha titulares ou sócios que guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
 - (D) seja resultante ou remanescente de cisão de pessoa jurídica que tenha ocorrido há mais de 5 anos-calendário anteriores.
 - (E) venha a participar do capital de outra pessoa jurídica.
51. A decretação da falência torna ineficaz:
- (A) os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, salvo se tiver havido prenotação anterior, de negócios ocorridos dentro do período suspeito da falência.
 - (B) a venda ou transferência de estabelecimento feita, dentro de termo legal da falência, sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o seu passivo, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, não houver oposição dos credores, após serem devidamente notificados, judicialmente ou pelo oficial do registro de títulos e documentos.
 - (C) os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, salvo se tiver havido prenotação anterior, de negócios ocorridos dentro do termo legal da falência.
 - (D) a venda ou transferência de estabelecimento feita, dentro do período suspeito da falência, sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o seu passivo, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, não houver oposição dos credores, após serem devidamente notificados, judicialmente ou pelo oficial do registro de títulos e documentos.
 - (E) os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, salvo se tiver havido prenotação anterior, de negócios ocorridos a qualquer tempo.
52. Considerando as disposições legais aplicáveis, bem como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a respeito da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar:
- (A) A Lei n. 14.112/2020 conferiu competência exclusiva ao juízo falimentar para processá-la e julgá-la, após a decretação da falência.
 - (B) O juízo falimentar poderá desconsiderar a personalidade jurídica do devedor falido, sem necessidade de adotar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no CPC.
 - (C) Na falência, a desconsideração da personalidade jurídica não precisa basear-se no abuso da personalidade jurídica, nem nos pressupostos do artigo 50 do CC.
 - (D) Instaurado eventual incidente de desconsideração da personalidade jurídica no juízo falimentar, não será suspenso o processo de falência.
 - (E) Após decretada a falência, eventual desconsideração da personalidade jurídica pelo juízo trabalhista constitui usurpação da competência do juízo falimentar.

53. As sociedades podem sofrer alterações em seus quadros sociais a partir da saída ou retirada de sócios. O Código Civil nomeou essas alterações como resolução da sociedade em relação a um de seus sócios. Podem, também, ser extintas por diversas razões, o que se denomina dissolução societária. Tanto a resolução quanto a dissolução podem ocorrer de forma judicial ou extra-judicial. A forma judicial será exigida:

- (A) na saída do sócio da sociedade por prazo determinado.
- (B) na exclusão do sócio remisso.
- (C) na exclusão do sócio por justa causa.
- (D) na saída do sócio em decorrência do seu óbito.
- (E) na dissolução da sociedade por prazo determinado.

DIREITO PENAL

Renato Pulz

54. O presidente do Brasil estava em viagem oficial em um país estrangeiro quando teve sua honra ofendida por um cidadão brasileiro que estava naquele país. Considerando o caso hipotético, marque a alternativa correta.

- (A) O agente ficará sujeito à lei brasileira independente de qualquer condição.
- (B) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a honra, a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (C) Responderá na forma da lei brasileira, pois considera-se praticado contra a administração brasileira.
- (D) A lei penal brasileira poderá ser aplicada se o agente entrar em território brasileiro, não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena, entre outras condições.
- (E) Quando se trata de crime contra a vida e liberdade do presidente da república o Código Penal adotou a teoria da extraterritorialidade mitigada.

55. Comete o crime de peculato impróprio o funcionário público que

- (A) apropria-se de dinheiro de que tem a posse em razão do cargo.
- (B) aproveita-se de sua função e desvia valores que estão em sua posse para a conta de um parente.
- (C) vale-se da qualidade de funcionário e subtrai bens da administração que estavam no armário do seu chefe.
- (D) dorme na função de vigia e acaba permitindo a subtração de bens da administração.
- (E) deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

ECONOMIA

Eliezer Lopes

56. Considerando os conceitos fundamentais da ciência econômica, é correto afirmar:

- (A) O custo de oportunidade é aquilo que o agente econômico deve ter de recompensa para abrir mão de algum consumo.
- (B) A curva de possibilidades de produção ilustra as quantidades mínimas de dois bens que uma economia pode produzir, dada uma tecnologia e recursos limitados.
- (C) Quando uma economia opera dentro da sua curva de possibilidades de produção, há ineficiência na alocação de recursos.
- (D) Quando uma economia opera sobre sua curva de possibilidades de produção, é possível expandir a produção de um bem, sem reduzir a do outro bem.
- (E) Quando uma economia opera fora de sua curva de possibilidades de produção, ela está utilizando seus recursos de forma eficiente.

57. A respeito dos conceitos e aplicações da elasticidade, é correto afirmar:

- (A) A elasticidade-preço da demanda por um bem X será maior quanto menor for o número de bens substitutos próximos disponíveis no mercado e quanto menor for o peso desse bem no orçamento do consumidor.
- (B) Se a demanda por um serviço é elástica, uma redução no seu preço resultará em uma queda na receita total auferida pelos prestadores desse serviço, pois a variação percentual na quantidade demandada será maior que a variação percentual no preço.
- (C) Se a elasticidade-preço cruzada da demanda entre os bens A e B é negativa, um aumento no preço do bem A levará a uma redução na quantidade demandada do bem B, indicando que A e B são bens complementares.
- (D) Se a elasticidade-preço da demanda por um produto agrícola é -0,5, isso significa que um aumento de 10% no preço levará a uma redução de 50% na quantidade demandada, caracterizando uma demanda elástica.
- (E) As alterações no ponto de uma curva de demanda linear não alteram a elasticidade-preço.

58. A respeito das características e equilíbrios em diferentes estruturas de mercado, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No modelo de Cournot, as empresas competem escolhendo simultaneamente os níveis de quantidade, e o equilíbrio ocorre quando nenhuma empresa tem incentivo para alterar sua produção, dada a decisão da outra.
- (B) Um monopolista, para maximizar seu lucro, operará na porção elástica da curva de demanda, na qual a receita marginal é positiva.
- (C) Barreiras à entrada, sejam elas legais, naturais ou estratégicas, são características essenciais para a sustentação de poder de mercado em monopólios e oligopólios no longo prazo.
- (D) Em concorrência perfeita, uma firma individual enfrenta uma curva de demanda perfeitamente elástica ao nível do preço de mercado, sendo, portanto, uma tomadora de preços.
- (E) No equilíbrio de longo prazo em concorrência monopolística, as firmas auferem lucro econômico zero, e o preço é igual ao custo marginal.

59. A respeito das contas nacionais e contas públicas, é INCORRETO afirmar:

- (A) O Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da renda é composto pela soma da remuneração dos empregados, rendimento misto bruto, excedente operacional bruto e impostos sobre a produção e importação, líquidos de subsídios.
- (B) O cômputo do PIB pela ótica da demanda é dado pela soma da despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.
- (C) O PIB nominal mede o valor atual, em unidades de moeda corrente, para o total da produção da economia. O PIB real mede a produção, com valores a preços constantes. O deflator do PIB mede o preço da produção em relação ao preço respectivo da produção no ano-base.
- (D) O resultado fiscal denominado "acima da linha" refere-se à apuração do resultado primário ou nominal com base nas receitas e despesas apuradas, enquanto o resultado "abaixo da linha" é medido pela variação do endividamento líquido.
- (E) A dívida bruta do governo geral abrange o total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo, incluindo os débitos de responsabilidade das empresas estatais das três esferas de governo.

60. Considerando o modelo IS-LM, é correto afirmar:

- (A) na armadilha da liquidez, caracterizada por uma curva LM horizontal, a política monetária expansionista é altamente eficaz para aumentar o nível de renda, enquanto a política fiscal é ineficaz.
- (B) no caso clássico, onde a demanda por moeda é perfeitamente inelástica à taxa de juros, uma política fiscal expansionista leva ao efeito crowding-out completo, tornando-a ineficaz para alterar o nível de renda.
- (C) uma curva IS mais próxima da vertical indica uma alta sensibilidade do investimento à taxa de juros, tornando a política monetária mais potente para influenciar o produto.
- (D) o efeito crowding-out ocorre quando uma política monetária expansionista eleva a taxa de juros, reduzindo o investimento privado e, consequentemente, o impacto positivo sobre a renda.
- (E) se a curva LM for horizontal (armadilha da liquidez), uma política fiscal expansionista resultará em um aumento significativo da taxa de juros, anulando parcialmente seu efeito sobre a renda.

61. Considerando as falhas de mercado, é correto afirmar:

- (A) Bens públicos puros são caracterizados pela rivalidade no consumo e pela facilidade de exclusão.
- (B) Externalidades negativas ocorrem quando os custos sociais de uma atividade econômica são menores que os custos privados.
- (C) A "tragédia dos comuns" é um exemplo de falha de mercado associada a bens que são rivais no consumo, mas não excludentes.
- (D) O Teorema de Coase afirma que a intervenção governamental é sempre necessária para corrigir externalidades, mesmo com baixos custos de transação
- (E) Seleção adversa, um tipo de falha de mercado, ocorre tipicamente após a celebração de um contrato, quando uma das partes altera seu comportamento por estar protegida contra riscos.

62. Considerando a teoria das funções econômicas do Estado, é correto afirmar:

- (A) A implementação de um programa de transferência de renda direta para famílias de baixa renda, como o Bolsa Família, é uma ação típica da função alocativa do Estado, visando a provisão de bens meritários.
- (B) A compra e venda de títulos públicos pelo Banco Central para manter a taxa básica de juros em linha com a meta estabelecida pelo comitê de política monetária exemplifica a função distributiva do governo.
- (C) A construção de novas rodovias e a oferta de serviços de defesa nacional pelo Estado são exemplos da função estabilizadora, pois garantem o crescimento econômico contínuo.
- (D) A utilização de impostos progressivos sobre a renda e programas de transferência de renda para famílias de baixa renda e gratuitos são ações que se enquadram principalmente na função distributiva do Estado, buscando reduzir desigualdades.
- (E) A regulação de monopólios naturais, como o setor de distribuição de energia elétrica, para evitar preços abusivos, é uma manifestação da função estabilizadora, com o objetivo de manter o nível geral de preços.

63. A respeito das elasticidades-preço da oferta e da demanda e os efeitos de um imposto específico em um mercado competitivo, é correto afirmar:

- (A) Quanto maiores forem as elasticidades da oferta e da demanda, menor será o peso morto de um imposto.
- (B) A quantidade transacionada no mercado após a instituição do imposto será tanto menor quanto menos elástica for a curva de demanda dos consumidores.
- (C) Se a demanda for menos elástica que a oferta, a maior parte do ônus do imposto recairá sobre os produtores.
- (D) Com uma curva de demanda decrescente, o produtor consegue repassar a totalidade de um tributo aos consumidores quando a elasticidade-preço da oferta do bem tributado é infinita.
- (E) o produtor sempre consegue repassar o ônus do aumento da alíquota do tributo integralmente ao consumidor.

64. A respeito da regra de Ramsey e da curva de Laffer, é correto afirmar:

- (A) A teoria da curva de Laffer estabelece que haja um valor máximo que pode ser arrecadado para um determinado nível de inflação.
- (B) O formato da curva de Laffer sugere que, quando a carga tributária está elevada, se o governo reduzir as alíquotas de um imposto, poderá aumentar sua arrecadação em vez de diminuí-la.
- (C) De acordo com a teoria da curva de Laffer, aumentar a alíquota de imposto além do ponto onde a receita é máxima resulta em uma redução não contínua da receita tributária.
- (D) Um corolário da regra de Ramsey sobre a tributação é de que as taxas de imposto devem ser fixadas de forma proporcional à elasticidade-preço da procura.
- (E) De acordo com a regra de Ramsey, para minimizar a distorção na alocação de recursos e privilegiar o princípio da neutralidade, o governo deve taxar mais fortemente os bens de luxo, pois estes geralmente possuem demanda elástica.

65. Considerando os princípios fundamentais que norteiam a concepção de um sistema tributário, é INCORRETO afirmar:

- (A) O princípio da neutralidade sugere que o sistema tributário deve interferir o mínimo possível nas decisões econômicas dos agentes e na alocação de recursos, evitando distorções excessivas nos preços relativos.
- (B) O princípio da simplicidade preconiza que o sistema tributário deve ser de fácil compreensão para os contribuintes e ter baixos custos de administração e fiscalização para o governo.
- (C) O conceito de progressividade implica que as alíquotas de tributação se elevam à medida que a base de cálculo (como a renda) aumenta, visando, entre outros objetivos, à redistribuição de renda.
- (D) A equidade horizontal estabelece que indivíduos com diferentes capacidades de pagamento devem contribuir com parcelas distintas de sua renda, de forma a promover uma maior justiça fiscal.
- (E) A equidade vertical busca assegurar que contribuintes com maior capacidade econômica paguem uma proporção maior de sua renda em impostos do que aqueles com menor capacidade.

CONTABILIDADE GERAL
Cláudio Zorzo

66. De acordo com o CPC 00 (R2) — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a informação financeira útil precisa apresentar certas características qualitativas, divididas em fundamentais e de melhoria. Sobre esse assunto, analise as assertivas a seguir.

- I. A representação fidedigna deve apresentar os atributos confirmatório e preditivo
- II. A relevância é um atributo de melhoria das informações
- III. As características qualitativas de informações financeiras úteis se aplicam a informações financeiras fornecidas nas demonstrações contábeis, bem como a informações financeiras fornecidas de outras formas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

67. Analise a seguinte situação:

No início do mês de julho de 2024, a empresa SOL & Mar pagou \$ 100.000,00 para a manutenção do sistema de captação de energia solar. A empresa prestadora do serviço acordou executar os serviços em agosto e setembro. De acordo com o contrato, em novembro, a prestadora do serviço entregou a nota fiscal.

Considerando o regime de escrituração contábil da competência, marque a assertiva CORRETA.

- (A) A empresa SOL & MAR deverá registrar despesa com manutenção no mês de novembro.
- (B) No mês de julho, a empresa SOL & MAR deverá reconhecer uma despesa antecipada, no passivo circulante.
- (C) A despesa com manutenção deve ser registrada nos meses de agosto e setembro, quando da execução dos serviços prestados.
- (D) A despesa com manutenção deverá ser registrada no mês de setembro, quando da conclusão dos trabalhos.
- (E) Pelo regime de competência, a despesa com manutenção deve ser registrada no mês de julho, quando do pagamento.

68. Os elementos das demonstrações contábeis definidos na Estrutura Conceitual são ativos, passivos e patrimônio líquido, que se referem à posição financeira da entidade que reporta sobre os elementos das demonstrações contábeis. Com base nisso, analise os seguintes itens e marque a alternativa correta.

- (A) Um recurso econômico é um direito que tem o potencial de consumir futuros benefícios econômicos.
- (B) Toda alteração negativa no patrimônio líquido é uma despesa.
- (C) O passivo é uma obrigação futura da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.
- (D) As receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, incluindo aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.
- (E) A entidade controla um recurso econômico se ela tem a capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e obter os benefícios econômicos que podem fluir dele.

69. A empresa PCZ, por determinação de auditoria independente, teve que elaborar um relatório de recuperabilidade de suas máquinas. O responsável pelo teste de recuperabilidade apresentou as seguintes informações para a contabilidade:

Custo de aquisição	R\$ 850.000,00
(=) depreciação acumulada.....	(R\$ 600.000,00)
(=) Valor contábil líquido das máquinas.....	R\$ 250.000,00
Valor em uso.....	R\$ 150.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda.....	R\$ 220.000,00

Considerando as informações retiradas do relatório, o contador da empresa PCZ deverá

- (A) registrar uma despesa por desvalorização de R\$ 30.000,00.
- (B) registrar uma despesa por desvalorização de R\$ 100.000,00.
- (C) registrar uma despesa com depreciação de R\$ 30.000,00.
- (D) registrar uma despesa com depreciação de R\$ 100.000,00.
- (E) não efetuar nenhum registro já que as máquinas estão valorizadas.

70. A empresa PCZ lançou um novo produto no mercado e, após uma ação de marketing focada na garantia, conseguiu vender 100 mil unidades pelo preço de R\$ 200,00 cada. Como era um produto novo, o gerente de produção estimou que 10% dos produtos teriam que ser trocados, com custo de 1 milhão de reais; 15 % teriam que ser reparados, com um custo de 400 mil reais e outros 15%, o gerente considera possível um reparo simples, com custo de 200 mil reais. Quanto aos demais produtos, é remota a possibilidade de haver algum dano.

Com base nessas informações, o contador da empresa PCZ deverá:

- (A) registrar uma provisão no passivo de 1 milhão e 600 mil reais.
- (B) divulgar um passivo contingente, em notas explicativas, de 200 mil reais.
- (C) registrar uma provisão de 1 milhão e divulgar um passivo contingente de 600 mil reais.
- (D) divulgar um passivo contingente, em notas explicativas, de 400 mil reais.
- (E) registrar uma provisão no passivo de 1 milhão de reais.

71. No processo de revisão das informações sobre a movimentação do estoque, o controle interno da empresa PCZ verificou que a contabilidade incluiu no custo do estoque o valor da comissão de vendas acordado com os funcionários, no valor de 60 mil reais, acarretando uma superavaliação no valor do estoque final. De acordo com as legislações contábil e fiscal, este fato irá acarretar:
- (A) aumento da receita líquida de vendas
 - (B) diminuição do lucro bruto
 - (C) aumento das despesas operacionais
 - (D) diminuição do valor do custo da mercadoria vendida
 - (E) aumento do valor do custo da mercadoria vendida
72. Em 01/03/2024, a empresa PCZ adquiriu uma máquina para ampliar seu processo produtivo, pelo valor de R\$ 600.000,00. Para deixar a máquina em condições de uso, contratou um perito que cobrou R\$ 50.000,00 pela montagem e testes. Como a compra foi a prazo, ficou acordado juros de 10% sobre o valor nominal da máquina.
- A empresa calcula a despesa de depreciação pelo método das quotas constantes em função do tempo decorrido e sabe-se que ela estabeleceu uma vida útil de 10 anos para a máquina e um valor residual de R\$ 150.000,00.
- Considerando as informações apresentadas, o valor contábil da máquina evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 foi, em reais:
- (A) R\$ 600.000,00
 - (B) R\$ 590.000,00
 - (C) R\$ 550.000,00
 - (D) R\$ 650.000,00
 - (E) R\$ 640.000,00
73. A empresa PCZ apresentou as seguintes operações no primeiro mês de funcionamento:
- Aporte de capital pelos sócios de \$ 100.000,00
 - Compra de móveis e utensílios de \$ 70.000,00, sendo \$ 20.000,00 à vista e o restante a prazo com juros de \$ 5.000,00.
 - Compra de mercadorias no valor de \$ 40.000,00, com frete incluso de \$ 2.000,00.
 - Gastos com publicidade no valor de \$ 10.000,00 para pagamento em 60 dias.
 - Venda de 50% do estoque por \$ 80.000,00, sendo \$ 40.000,00 à vista e \$ 40.000,00 a prazo.
 - Apropriação dos salários e da comissão de vendas do funcionário no valor de \$ 5.000,00
 - Pagamento do frete sobre as vendas \$ 1.000,00.
- Considerando somente os fatos descritos, o lucro bruto apurado pela empresa foi de:
- (A) \$ 54.000,00
 - (B) \$ 60.000,00
 - (C) \$ 50.000,00
 - (D) \$ 56.000,00
 - (E) \$ 49.000,00
74. Preocupada com a pulverização de suas ações ordinárias no mercado, a empresa PCZ decidiu adquirir um lote das suas ações ON por R\$ 200.000. Após 4 meses, vendeu o lote de ações para seus sócios minoritários por R\$ 350.000.
- Antes da operação de compra e venda das suas ações, a empresa apresentava as seguintes informações no seu balanço patrimonial:
- | | |
|--------------------------------------|-----------|
| Capital Social | 2.000.000 |
| Reserva de capital | 400.000 |
| Ajuste da avaliação patrimonial..... | 100.000 |
| Reserva de Lucros..... | 200.000 |
- Considerando os aspectos contábeis, após as operações de compra e venda, a empresa PCZ irá apresentar:
- (A) aumento nas reservas de lucro de R\$ 150.000,00
 - (B) aumento nas reservas de capital de R\$ 350.000,00
 - (C) aumento na conta ajuste da avaliação patrimonial de \$ 150.000,00
 - (D) aumento nas reservas de capital de \$ 150.000,00
 - (E) aumento no saldo da conta capital social em \$ 150.000

75. Na busca por aumentar sua fatia no mercado interno de produtos de inteligência artificial, a empresa PCZ investiu em um novo software que será ofertado no mercado dentro de 6 meses. Antes da produção efetiva, o diretor de inovações apresentou para a contabilidade as seguintes informações:

- Gastos com pesquisas – 290.000,00
- Gastos com desenvolvimento – 320.000,00
- Gastos com publicidade e marketing – 40.000,00
- Gastos com registro da patente da propriedade intelectual – 10.000,00

O valor pelo qual o software deve ser registrado no intangível da empresa PCZ é, em reais:

- (A) R\$ 610.000,00
- (B) R\$ 330.000,00
- (C) R\$ 290.000,00
- (D) R\$ 300.000,00
- (E) R\$ 660.000,00

REALIDADE ÉTICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS

Otoniel Linhares

76. A respeito da mineração e do desenvolvimento econômico em Goiás no século XVIII, é correto afirmar que:
- (A) a mineração foi rapidamente substituída pela agricultura devido ao esgotamento das reservas de ouro.
 - (B) as jazidas auríferas atraíram grande quantidade de imigrantes europeus, especialmente portugueses.
 - (C) a exploração mineral ocorreu predominantemente ao norte de Goiás, onde hoje está localizada Goiânia.
 - (D) a mineração impulsionou um crescimento urbano significativo, formando cidades como Vila Boa.
 - (E) a mineração se restringiu a pequenas jazidas, não influenciando significativamente o desenvolvimento econômico local.
77. Sobre a modernização econômica de Goiás após a construção de Goiânia e Brasília, marque a alternativa correta.
- (A) O crescimento econômico de Goiás não foi influenciado pela construção de Brasília.
 - (B) Goiânia foi planejada para ser exclusivamente um polo industrial, deixando a agricultura em segundo plano.
 - (C) A infraestrutura e industrialização avançaram significativamente após a construção das duas cidades.
 - (D) Brasília influenciou negativamente o desenvolvimento econômico de Goiás, desviando investimentos do estado.
 - (E) A economia goiana manteve-se predominantemente agrária, sem desenvolvimento industrial significativo.
78. Os movimentos migratórios e a população goiana sofreram importantes alterações ao longo do século XX devido:
- (A) à industrialização tardia, que afastou migrantes.
 - (B) à construção de Brasília, que atraíu trabalhadores de diversas regiões do país.
 - (C) ao declínio da agropecuária, que provocou êxodo rural significativo.
 - (D) ao avanço exclusivo da mineração em áreas específicas do estado.
 - (E) à ausência de infraestrutura de transportes e comunicação.
79. Quanto aos aspectos físicos do território goiano, assinale a alternativa correta.
- (A) Goiás possui uma vegetação predominantemente composta por floresta amazônica.
 - (B) A hidrografia goiana é marcada pelos rios Tocantins e Araguaia.
 - (C) O clima de Goiás é predominantemente frio, com verões amenos.
 - (D) O relevo goiano é caracterizado exclusivamente por grandes cadeias montanhosas.
 - (E) Não há presença significativa de cerrado no território goiano.
80. Sobre a história política de Goiás na República Velha, é correto afirmar que:
- (A) o coronelismo não teve influência significativa na política goiana.
 - (B) a Revolução de 1930 acabou com as oligarquias locais, promovendo rápida democratização.
 - (C) as oligarquias dominavam o cenário político, exercendo forte influência.
 - (D) Goiás rapidamente aderiu à independência, sendo pioneiro em movimentos revolucionários.
 - (E) a administração política era marcada pela alternância democrática frequente.



Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
Auditor – Fiscal da Receita Estadual
Folha de Respostas

Número do Caderno 00000000	Cargo ou Opção Auditor – Fiscal da Receita Estadual
--------------------------------------	---

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -	061 -	071 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -	062 -	072 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -	063 -	073 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -	064 -	074 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -	065 -	075 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -	066 -	076 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -	067 -	077 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -	068 -	078 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -	069 -	079 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -	070 -	080 -

GRANXPERTS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos corrermos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts